



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638857 - SP (2021/0002734-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
WESLEY SANCHES PINHO - SP331671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YURI GUILHERME DA SILVA TEIXEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YURI GUILHERME DA SILVA TEIXEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502999-79.2019.8.26.0196).

O paciente foi condenado, como incurso no art. 158, § 1º, do CP, às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 13 dias-multa.

A impetrante sustenta a ocorrência de flagrante ilegalidade na ausência de fundamentação para a fixação do regime fechado, aduzindo que o paciente é primário, foi considerado confesso, tendo a pena-base sido fixada no mínimo legal. Invoca as Súmulas n. 718 e 719 do STF e 440 do STJ.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente e, no mérito, a concessão da ordem, para que seja fixado o regime inicial semiaberto de cumprimento de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Deve-se, pois, reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente